

“País viável tornou-

Da sucursal de
PORTO ALEGRE

Com um veemente apelo em defesa da iniciativa privada, críticas à crescente estatização da economia, especialmente contra os projetos “megalomaníacos” que “não trarão nenhum retorno” e lamentando as consequências da Revolução de 64 na área econômica, onde “se tornou um país viável num país inviável”, o empresário Antônio Ermírio de Moraes, diretor-superintendente do grupo Votorantim, lançou ontem, em Porto Alegre, a seguinte idéia: concessão de incentivos especiais — entre os quais um “tratamento tributário quase simbólico” — para que os milhares de aposentados ainda em condições de produzir possam tornar-se novos empresários em condições de contratar jovens, a quem se obrigariam a repassar seus conhecimentos.

Ermírio de Moraes foi orador da reunião-almoço da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul e em razão desse seu compromisso chegou a cancelar um encontro que teria em Brasília com o ministro Delfim Netto. Num pronunciamento de 26 laudas feito aos empresários e em várias entrevistas, destacou que o governo deveria preocupar-se com a saúde e a educação da população, “pedras angulares da sociedade moderna”, e lamentou que se faça o inverso no País, dando-se “prioridade” para “o estado-empresário, que se volta para a exploração industrial”, pois os “espaços vazios são, na realidade, empreendimentos econômicos para os quais melhor credenciada está a iniciativa privada que os faz com maior cautela e economia”.

Deixando as atividades empresariais com a iniciativa privada, “talvez não se faça tão depressa, mas se farão as coisas mais seguras”, pois houve uma certa “irresponsabilidade” na decisão de implantar os grandes projetos que, devido ao “sistema que já vem há anos e que precisa ser corrigido”, foram a causa de grande parte das dificuldades do momento. E a responsabilidade “não é apenas de um homem”, mas deste “processo que já fez grande mal à economia brasileira. Sinto saudades do tempo em que um ministro punha o chapéu na cabeça e pedia demissão”.

“Sempre me bati — assinalou — contra aqueles projetos desarrazoados, que só contribuíram para a formação dessa dívida absurda, nenhum deles ainda terminado e que, mesmo quando acabados, não trarão nenhum retorno, seja porque são de muita longa maturação, seja porque os seus custos absurdos, principalmente os financeiros, aumentarão os prejuízos, pois seus produtos terão de ser subsidiados.”

“EMPRESAS MAMUTES”

Disse ainda: “Como resultado de toda aquela euforia de Estado-empresário caminhamos, a meu ver, na direção errada e a nossa dívida externa, hoje, é cerca de 80 bilhões de dólares, agravada pelo aberrante fenômeno de um grande número de estatais que devem mais do que os seus próprios patrimônios líquidos e cuja situação, evidentemente, piora a cada reajuste da taxa cambial”.

Apesar disso, “causa espanto e até indignação saber-se, que as empresas públicas mamutes, mesmo quando deficitárias, dão-se não ao luxo, mas ao absurdo de distribuir participações nos lucros aos seus privilegiados empregados. Mas que lucros? Isso nada mais é que a apropriação de capitais privados, que poderiam estar criando mais empregos, para entregá-los à tecnocracia”. Os grandes projetos, quando forem terminados, “longe de representar alívio nas contas nacionais, pelo contrário, representarão mais ônus”.

Citou alguns desses projetos, com sua opinião a respeito: “O programa nuclear (contra-senso que só

as gerações futuras poderão avaliar); a chamada Ferrovia do Aço; a Açominas (que certamente não terá mercado interno para seus produtos, conforme especialista do ramo); a Usina de Tubarão, para a exportação de semi-acabados; o cobre de Carajás (que será, certamente, o cobre mais caro do mundo); a usina de alumínio de Valesul (quando o certo seria instalar, no Pará, inicialmente, a fábrica de óxido e, posteriormente, a eletrólise).

Defendeu a necessidade de “mobilizar todos os meios possíveis, modernos ou antigos”, para criar empregos. Sugiriu, para isso, um programa de incentivos ao surgimento de novos empresários, utilizando-se a experiência dos aposentados em condições de trabalhar, de forma a fazer surgir “um novo modelo de indústria nascente, embrionária, quase artesanal ou familiar, mas que seja capaz de, produtivamente, oferecer trabalho à legião de desempregados”.

“A essas mini-empresas devem ser oferecidas: a descomplicação dos múltiplos registros e a quase isenção total de tributos, que se manterão quase que simbólicos, apenas o necessário para infundir responsabilidades e possibilitar dados estatísticos”. Seriam empregados jovens, afirmou, a quem os aposentados passariam sua experiência. Em sua opinião, pelo menos 20 mil aposentados ou profissionais liberais poderiam tornar-se novos empresários, empregando 600 mil desempregados, enquanto “a agricultura deverá reconquistar os demais com o atrativo da terra própria”.

TAXAS DE JURO

Ermírio de Moraes defendeu também o tabelamento das taxas de juro, pois, embora reconheça que essa não seja a melhor solução, ao menos permitiria descobrir “quem colabora e não colabora com o governo”. Acrescentou que se o Banco do Brasil — apontado, segundo ele, por emprestar “dinheiro caro” — tem altas taxas, nada impede que o meio privado dê uma lição no BB em matéria de taxa de juro.

Destacou como a principal causa dos elevados juros a grande dívida interna do governo, que, por seus cálculos, chega a 40% da externa. Recomendou que, gradativamente, separem os “projetos megalomaníacos” e depois se “acabe com esse negócio de passar dólares para o Banco Central”. Ocorre que, “para cada dólar tomado no Exterior, além de termos de pagá-lo, o governo brasileiro assume a responsabilidade de pagar também o equivalente a um dólar, em cruzeiros, pelo lançamento de papéis no mercado a juros elevadíssimos. Por tudo isso, entende-se o desvairado crescimento da dívida externa do governo, bem como as recalcitrantes taxas de juros em nosso país”.

MORATÓRIA

Uma moratória, segundo ele, não seria a solução “mais plausível”, pois traria sérias consequências, especialmente porque, entre outras coisas, o País importa 70% de todo o petróleo que consome. E alertou: “Se realmente o Brasil entrar em moratória ou algo parecido, começarei a temer até pelo nosso regime. Os Estados Unidos podem até passar a sua bandeira para a Rússia. Se o Brasil amanhã virar uma Cuba, o que será dos Estados Unidos? Será uma Cuba? É a minha impressão”.

Destacou, portanto, a importância de se ter um aliado nos Estados Unidos, que têm ajudado o Brasil neste momento de dificuldades de captação, principalmente em países da Europa e no Japão, e que se faça tudo para evitar a moratória. Ironizou as informações que tinham sendo dadas pelo governo de que a dívida brasileira era bem administrada, afirmando que, se isso fosse verdade, não estaria havendo dificuldades para o Banco do Brasil fechar diariamente, em Nova York suas contas.

“País viável tornou-se inviável”